

RELAÇÕES ENTRE NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E IMOBILIZADOS E AS CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS DAS COMPANHIAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE¹

RELATIONS BETWEEN THE LEVEL OF DISCLOSURE OF INTANGIBLE AND FIXED ASSETS AND FIRMS CHARACTERISTICS OF THE SECTOR OF CONSTRUCTION AND TRANSPORTATION

RELACIONES ENTRE EL NIVEL DE DIVULGACIÓN DE LOS ACTIVOS INTANGIBLES Y LOS ACTIVOS FIJOS Y LAS EMPRESAS CARACTERÍSTICAS DEL SECTOR DE LA CONSTRUCCIÓN Y EL TRANSPORTE

Rodrigo Vicente dos Prazeres, Mestre em Ciências Contábeis e Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-graduação em Contabilidade da UFPE. Endereço Profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária CEP: 50670-901 - Recife - PE – Brasil. Telefone: (81) 2126.8000. E-mail: rodrigovprazeres@gmail.com.

Juliana Gonçalves de Araújo, Mestre em Ciências Contábeis e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração da UFPE. Endereço Profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária CEP: 50670-901 - Recife - PE – Brasil. Telefone: (81) 2126.8000. E-mail: juhliana.araujo@gmail.com.

João Gabriel Nascimento de Araújo, Mestre em Ciências Contábeis e Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-graduação em Contabilidade da UFPE. Endereço Profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária CEP: 50670-901 - Recife - PE – Brasil. Telefone: (81) 2126.8000. E-mail: j_gabriel90@hotmail.com.

Mayke Douglas Xavier de Lima, Mestrando em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-graduação em Contabilidade da UFPE. Endereço Profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária CEP: 50670-901 - Recife - PE – Brasil. Telefone: (81) 2126.8000. E-mail: maykedouglas.xavier@gmail.com.

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Doutora em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da UFPE e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE. Endereço Profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária CEP: 50670-901 - Recife - PE – Brasil. Telefone: (81) 2126.8000. E-mail: umbelinalagioa@gmail.com.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar quais características empresariais são possíveis determinantes do nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis e imobilizados, de acordo com o exigido pelos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27, das empresas listadas no setor de construção e transporte da BM&FBovespa para o exercício de 2013. A coleta dos

¹ Artigo submetido em 20/03/2016, revisado em 15/07/2016, aceito em 28/07/2016 e divulgado em 30/12/2016 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

dados segregou-se em duas fases. Para a obtenção de dados para a primeira fase, foram elaborados dois *check-lists* a partir das diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27. A segunda fase consistiu na coleta dos dados referentes às características empresariais quais sejam: rentabilidade, tamanho, endividamento, auditoria e nível de governança corporativa. Como resultados, foi observado que a divulgação de informações sobre intangíveis e imobilizados é deficitária, e que em média as empresas do setor de construção e transporte atendem a 73,28% dos itens dispostos pelos pronunciamentos técnicos 04 e 27. Adicionalmente, observou-se que, das características das empresariais, apenas a variável nível de governança corporativa se mostrou relacionada ao nível de divulgação de intangíveis e imobilizados, resultado este que corrobora a hipótese de que a governança corporativa representa uma proteção ao usuário externo no que tange ao retorno pelo capital investido.

Palavras chave: Divulgação; Informação Contábil; Intangíveis; Imobilizados.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze which enterprise characteristics are possible determinants of the level of intangible and fixed assets disclosure, according to the standards set by Technical Pronouncements 04 and 27, of companies in the construction and transportation sector listed in BM&FBovespa in 2013. The data collection was segregated into two phases. To obtain data for the first phase were developed two checklists from the guidelines of Technical Pronouncements 04 and 27. The second phase consisted in collecting data on enterprises characteristics such as: profitability, size, debt, auditing and corporate governance level. As results, it was observed that the disclosure of intangible and fixed assets are not complete and that on average companies listed in the construction and transportation sectors attend to 73.28% of the items required by the technical pronouncements 04 and 27. In addition, it was observed that only the level of corporate governance proved to be related to the level of disclosure of intangible and fixed assets. This result supports the hypothesis that corporate governance acts as a protection to external users when it comes to evaluate the return on the invested capital.

Keywords: Disclosure; Accounting Information; Intangibles; Fixed Assets.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar qué características empresariales son posibles determinantes del grado de revelación de activos intangibles y fijos, de acuerdo con las normas establecidas en las NIF 04 y 27 de empresas del sector de construcción y transporte listadas en BM & FBovespa en 2013. La recopilación de datos se dividió en dos fases. Para obtener los datos correspondientes a la primera fase se elaboraron dos listas de verificación de las directrices de las Normas Técnicas 04 y 27. La segunda fase consistió en recopilar datos sobre las características de las empresas, tales como: rentabilidad, tamaño, deuda, auditoría y gobierno corporativo. Como resultados, se observó que la revelación de activos intangibles y fijos no está completa y que en promedio las empresas listadas en los sectores de construcción y transporte asisten al 73,28% de los artículos requeridos por los pronunciamientos técnicos 04 y 27. Además, Observó que sólo el nivel de gobierno corporativo estaba relacionado con el nivel de revelación de activos intangibles y fijos. Este resultado apoya la hipótesis de que el gobierno corporativo actúa como una protección para los usuarios externos cuando se trata de evaluar el rendimiento del capital invertido.

Palabras clave: Revelación; Información de cuenta; Intangibles; Activos fijos.

1 INTRODUÇÃO

Os ativos, em sua própria conceituação trazida pela Estrutura Conceitual Básica - CPC 00, são definidos como recursos controlados pela entidade e que possuem a expectativa de gerar benefícios econômicos futuros. No entanto, dadas às diversas categorizações dos ativos, esse estudo toma como base os ativos intangíveis e imobilizados. Hoss, Rojo e Grapeggia (2010) afirmaram que a importância atribuída aos intangíveis é fundamental, pois estes ativos estão diretamente ligados à vantagem competitiva e sustentável das organizações, contribuindo para uma maior geração de benefícios econômicos. Por outro lado, conforme Iudícibus (2009, p.181), o grupo de ativos imobilizados tem “sua importância fundamental dentro da expressão da capacidade da empresa de produzir rendimentos e fluxos futuros, talvez mais do que outro grupo qualquer”.

No entanto, apesar da reconhecida importância destes grupos de ativos em período anterior ao advento da convergência contábil no Brasil e a consequente publicação dos Pronunciamentos Técnicos 04 - Ativos Intangíveis (R1) (2010) e 27 - Ativo Imobilizado (2009), tais ativos não recebiam completa atenção no que se refere à identificação, mensuração e divulgação, dada a inexistência de normas que obrigassem a realização de procedimentos relativos à identificação, mensuração e divulgação de forma padronizada, os quais segundo Moura, Dallabona, Fank e Varela (2011) eram realizados de forma voluntária, fato este que dava margem para o surgimento de assimetria informacional entre os usuários, e impossibilitava uma avaliação confiável e fidedigna sobre o custo de capital e sobre a capacidade das organizações em corresponder à expectativa mínima de retorno dos investidores.

Os Pronunciamentos Técnicos CPC 04 e 27 versam sobre os procedimentos relativos aos intangíveis e imobilizados, respectivamente, conceituando e tornando compulsórias as práticas de reconhecimento, mensuração e divulgação destes ativos (CARLOS FILHO; LAGIOIA; MONTEIRO; SILVA FILHO; ARAÚJO & ARAÚJO, 2014; VIVIANI; BECK; HALL; KLANN, 2014).

Posteriormente à emissão dos referidos pronunciamentos, diversos estudos analisaram a hipótese de melhorias no processo de divulgação das informações sobre os intangíveis e imobilizados, podendo-se citar os trabalhos de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), Silva Filho, Lagioia, Carlos Filho, Araújo e Lemos (2014), Lopes, Alves, Silva Filho, Monteiro, Lagioia e Cordeiro (2014) relativamente aos intangíveis, e os trabalhos de Freire, Machado, Machado, Souza e Oliveira (2012) e Eckert, Mecca, Biasio e Souza (2012) no que concerne aos imobilizados.

Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) observaram que, apesar de nenhuma das empresas analisadas em seu estudo cumprir integralmente o disposto pelo CPC 04, existe uma tendência de melhoria na divulgação das informações relativas aos intangíveis, fato também observado por Silva Filho et al. (2014), que concluíram em favor de um maior nível de reconhecimento e divulgação de intangíveis nas demonstrações financeiras. O trabalho de Costa Lopes et al. (2014), ao analisar o setor de bens industriais da BM&FBovespa, também verificou uma maior aderência das companhias listadas ao CPC 04.

Quanto aos ativos imobilizados, Freire et al. (2012) observaram que após o advento da convergência contábil as empresas listadas na BM&FBovespa passaram a adotar taxas de depreciação diferentes das taxas de depreciação fiscal, e Eckert et al. (2012) constataram que após a introdução das normas internacionais de contabilidade no Brasil, pode-se perceber alterações na forma de avaliação da vida útil dos imobilizados, reduções das despesas de depreciação, bem como a não geração de impactos significativos nos resultados das empresas decorrentes dos procedimentos do teste de irrecuperabilidade para os ativos imobilizados.

Diante das evidências acima expostas, pode-se perceber que ainda não há uma total aderência das empresas às práticas e aos procedimentos sobre intangíveis e imobilizados disciplinados pelos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27. Nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir para o entendimento dos possíveis fatores que levam a não divulgação das informações contábeis sobre intangíveis e imobilizados.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar quais características empresariais são possíveis determinantes do nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis e imobilizados, de acordo com o exigido pelos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27, das empresas listadas no setor de construção e transporte da BM&FBovespa. Para tanto, este trabalho utilizou a técnica de análise de regressão múltipla na tentativa de contribuir para o entendimento de como características empresariais podem estar relacionadas ao nível de divulgação.

O nível de divulgação foi relacionado às variáveis que, com base na literatura, potencialmente elevam o nível de divulgação, sendo, neste estudo, identificadas a rentabilidade (MAPURUNGA; PONTE; COELHO; MENESES, 2011; SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014; SOUZA, BORGES, WUERGES & LUNKES, 2015), o tamanho (CRUZ; LIMA, 2010; AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012, MAPURUNGA; MORAIS; PONTE; REBOUÇAS; CARNEIRO, 2015), o endividamento (COELHO; LOPES, 2007; SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014), a auditoria (FROST; GORDON; POWNALL, 2008; MAPURUNGA; PONTE; HOLANDA, 2014; SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014), e o nível de governança corporativa (TEIXEIRA, 2010; VERRIEST; GAEREMINCK; THORNTON, 2012; SOUZA; BORGES; WUERGES; LUNKES, 2015).

Diante disso, emerge a seguinte questão de pesquisa: Quais características empresariais são relacionadas ao nível de divulgação de intangíveis e imobilizados das empresas componentes do setor de construção e transporte da BM&FBovespa?

A escolha pela análise do setor de construção e transportes se deu após a verificação do nível elevado de intangíveis e imobilizados através da análise dos demonstrativos das empresas componentes do referido setor, tomando por base o ano de 2013.

Após esta introdução, o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: o referencial teórico subdividido em tópicos relativos à divulgação das informações contábeis, aos ativos intangíveis e aos ativos imobilizados, seguido da metodologia de pesquisa, da análise dos resultados e da apresentação da conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O *disclosure*, ou a divulgação de informações, está relacionado ao ato de demonstrar para os usuários externos à organização o processo de reconhecimento e mensuração realizado (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009, p.288).

O processo de divulgação pode ser realizado de diferentes formas, como por exemplo: demonstrações contábeis, escrituração, documentos, livros, planilhas, notas explicativas, pareceres, laudos, ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1995), contribuindo para que os usuários externos melhor avaliem as organizações, identificando possíveis oportunidades de investimentos (BUSHMAN; SMITH, 2001), e que, segundo Verrecchia (2001), tem impactos diretos na transparência empresarial.

De acordo com Healy e Palepu (2001), o processo de divulgação pode ocorrer tanto de forma voluntária quanto de forma obrigatória. A primeira ocorre através de previsões dos gestores, balanço social e *sites*, ao passo que as divulgações obrigatórias ocorrem pela

exigência de entidades reguladoras, onde no caso particular deste trabalho é analisado o nível de divulgação compulsória de intangíveis e imobilizados de acordo com o exigido pelo CPC.

A divulgação de informações contábeis compulsórias deve ser caracterizada pela necessidade que os usuários externos têm em conhecer a posição patrimonial e financeira das organizações, para que seja possível avaliar de forma confiável os fatos econômicos e suas possíveis consequências.

Sendo assim, os Pronunciamentos Técnicos passaram a ter papel fundamental nos procedimentos e demonstrações, tornando obrigatória a observação de métodos padronizados para o adequado reconhecimento, mensuração e divulgação das informações contábeis (ARAÚJO et al. 2012), sobretudo com a finalidade de reduzir a assimetria de informações entre agentes internos e externos às organizações (MURCIA; SANTOS, 2009), possibilitando que as informações contábeis sejam divulgadas em consonância com as características qualitativas da relevância, da confiabilidade e da comparabilidade (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Apresentada a relevância da divulgação das informações contábeis compulsórias, as próximas seções apresentam os ativos intangíveis e imobilizados e as respectivas disposições dos pronunciamentos técnicos 04 e 27 sobre a divulgação compulsória de cada tipo de ativo.

2.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Hendriksen e Van Breda (1999) conceituam ativos intangíveis como ativos que carecem de substância, devendo ser reconhecidos sempre que seja possível sua identificação, mensuração confiável e controle por parte das organizações, representando uma vantagem competitiva de longo prazo para as empresas que almejam lucros sustentáveis.

Apesar da importância dada aos intangíveis atualmente, anteriormente à introdução das normas internacionais de contabilidade no Brasil, as divulgações sobre intangíveis não seguiam padrões específicos de mensuração e divulgação, até que a promulgação da Lei 11.638/2007 introduziu em seu artigo 179 a rubrica de intangíveis, o que, para Crisóstomo (2009), representou um avanço no tratamento destes ativos.

Não obstante, outro ponto que tornou o reconhecimento e a mensuração do ativo intangível mais relevante foi o direcionamento dado pelo Pronunciamento Técnico 04 (R1) (2010), o qual além de conceituar os ativos intangíveis, padroniza os procedimentos a serem adotados pelas organizações na identificação, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis.

O CPC 04 (R1) (2010) expõe que para que haja o reconhecimento de um intangível é necessário que o ativo atenda a definição intangível apresentada no pronunciamento e que os critérios de reconhecimento sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo possam ser gerados em favor da entidade, e que o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade. Adicionalmente, nos itens 18 a 67, o referido pronunciamento apresenta os critérios de reconhecimento e mensuração para os diversos tipos de intangíveis de forma individual.

Quanto à divulgação das informações contábeis relativas aos intangíveis, os itens 118 a 123 do CPC 04 (R1) (2010) expõem a necessidade da divulgação de informações necessárias à interpretação confiável dos fatos econômicos que envolvem os intangíveis, quais sejam: a vida útil, as taxas e os métodos de amortização, o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada, a conciliação do valor contábil no início e no final do período, assim como informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (2010) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.3 ATIVOS IMOBILIZADOS

O Pronunciamento Técnico 27 (2009, p. 03) descreve o ativo imobilizado com ativo tangível mantido para uso ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, do qual se espera que seja utilizado por mais de um período.

Para Szuster e Fernandes (2009), o ativo imobilizado tem como característica gerar continuamente outros ativos que serão trabalhados e futuramente convertidos em ativos cada vez mais líquidos, podendo-se citar as contas a receber e disponibilidades.

Assim, o ativo imobilizado está ligado à capacidade produtiva e operacional das organizações, sendo, portanto, imprescindível a divulgação completa das informações relacionadas a estes ativos.

O ativo imobilizado deve ser reconhecido quando for possível mensurar com confiabilidade seu custo de aquisição e quando for provável que este item venha a gerar benefícios econômicos em favor da entidade (CPC 27), sendo inicialmente reconhecido pelo valor de aquisição e, quando imprescindível, adicionado os gastos necessários para que o ativo possa ser utilizado nas atividades fins das organizações (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Por fim, os itens 73 a 79 do CPC 27 (2009) expõem os critérios compulsórios de divulgação das informações referentes ao imobilizado, onde se pode destacar a taxa de depreciação, a vida útil, o método de depreciação utilizado e os critérios de determinação do valor contábil bruto, para que seja possível uma avaliação mais confiável sobre a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros deste grupo de ativos, levando-se em conta também as informações relativas à recuperabilidade do seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (2010) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3 METODOLOGIA

3.1 POPULAÇÃO DE PESQUISA

A população pesquisada compreendeu as companhias listadas no setor de Construção e Transporte da BM&FBovespa no ano de 2013, totalizando setenta e sete firmas. No entanto, foram excluídas a Construtora Better S.A., por se encontrar em recuperação judicial, e a Haga S/A e Ceramica Chiarelli S.A., pelo fato de ambas apresentarem patrimônio líquido negativo ao final de 2013, fato que impossibilita o cálculo de algumas variáveis adiante descritas.

Ademais, o Aeroporto Internacional de Guarulhos também foi excluído da análise estudo com a finalidade de não distorcer a normalidade dos dados da variável dependente e com isso possibilitar a análise dos dados pela técnica de análise de regressão múltipla, posta a verificação de um baixo índice de divulgação sobre intangíveis e imobilizados.

Após tais procedimentos, a população de pesquisa foi composta por setenta e três firmas, as quais evidenciaram em Notas Explicativas ou em contas patrimoniais, indícios da prática de reconhecimento, mensuração e divulgação de intangíveis e imobilizados.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados segregou-se em duas fases. Para a obtenção de dados para a primeira fase foram elaborados dois *check-lists* a partir das diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27 apresentadas nos respectivos tópicos de cada Pronunciamento Técnico que trata sobre a divulgação das informações acerca dos intangíveis e imobilizados, a saber itens 118 a 123 do CPC 04 (R1) (2010), para os ativos intangíveis e, itens 73 a 79 do CPC 27 (2009), para os ativos imobilizados.

Para a operacionalização dos *check-lists* foram coletadas as demonstrações financeiras e notas explicativas da população de pesquisa através do Sistema DIVEXT DFP/ITR/IAN da Comissão de Valores Mobiliários, as quais foram examinadas de acordo com o procedimento utilizado por Ponte et al. (2012) e Araújo et al. (2015), onde a análise das notas explicativas e demonstrações para o preenchimento dos quesitos dos *check-lists* deu-se através de três categorias: "critério atendido", "critério não atendido" e "não se aplica". Relativamente ao último critério, "não se aplica", este diz respeito aos procedimentos não obrigatórios de divulgação de intangíveis e imobilizados, e que devem ser evidenciados apenas em circunstâncias de mudança de procedimentos, a fim de manter a consistência e a comparabilidade das informações contábeis.

A Tabela 1 apresenta o *check-list* para os ativos intangíveis, apresentando os quesitos dispostos pelo Pronunciamento Técnico 04 (R1) (2010) para obtenção do nível de divulgação dos ativos intangíveis.

Tabela 1: Check-list ativos intangíveis

Item	Atendimento
1	Diferencia ativo intangível gerado internamente dos restantes?
2	Vida útil definida?
2.1	Se vida útil definida, diz os prazos?
2.2	Métodos de amortização para os de vida útil definida?
2.3	Evidencia a amortização do início e final do período?
2.4	Apresenta a rubrica da conta de resultado referente a amortização?
2.5	Apresenta a conciliação do valor contábil no início e final do período?
2.5.1	Adições (separando o que é interno e o restante, e combinação de negócios)?
2.5.2	Ativos classificados como mantidos para venda?
2.5.3	Aumentos e reduções decorrentes de reavaliação?
2.5.4	Provisões para perdas?
2.5.5	Reversões de perda?
2.5.6	Amortizações reconhecidas no período?
2.5.7	Variações cambiais?
3	Há segregação entre os ativos intangíveis?
3.1	Marcas
3.2	Títulos de periódicos
3.3	Softwares
3.4	Licenças e franquias
3.5	Direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade intelectual
3.6	Receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos
3.7	Ativos intangíveis em desenvolvimento
4	Houve imparidade?
4.1	Houve divulgação de informações dos ativos que tiveram sua recuperabilidade menor?
5	Vida útil indefinida?
5.1	Apresenta valor contábil e motivos por ter vida útil indefinida?
6	Algum ativo intangível resultante de subvenção?
7	Há restrição de titularidade de algum ativo intangível?
8	Há algum ativo intangível em garantia?
9	Qual o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de intangíveis?
10	Há algum ativo intangível contabilizado a valor reavaliado?
10.1	Divulga a data efetiva da reavaliação?

10.2	Qual o valor contábil dos ativos reavaliados?
10.3	Qual a diferença entre a reavaliação e o custo do ativo?
10.4	Variações decorrentes da reavaliação (inclusive para acionistas)?
11	A entidade divulga o total de gastos com pesquisas e desenvolvimentos?
12	A empresa tem ativo intangível totalmente amortizado?
13	Ativo intangível significativo mas que não reconhecido por não atender aos critérios de reconhecimento?

Fonte: Adaptado CPC 04 (R1) (2010)

Após apresentado o *check-list* para obtenção do nível de divulgação dos ativos intangíveis, a Tabela 2 apresenta o *check-list* utilizado para obtenção do nível de divulgação dos ativos imobilizados de acordo com o Pronunciamento Técnico 27 (2009).

Tabela 2: Check-list Imobilizado

Item	Atendimento
1	Divide por classes de ativos imobilizados?
1.1	Critérios de mensuração do valor contábil bruto?
1.2	Métodos de depreciação utilizados?
1.3	Vida útil ou taxa de depreciação utilizada?
1.4	Valor contábil bruto e depreciação acumulada no início e final do período?
1.5	Apresenta a conciliação do valor contábil no início e final do período?
1.5.1	Adições?
1.5.2	Ativos classificados como mantidos pra venda?
1.5.3	Aquisições por meio de combinação de negócios?
1.5.4	Aumentos e reduções decorrentes de reavaliações e perdas de recuperabilidade?
1.5.5	Provisões para perda de ativos?
1.5.6	Reversão de perda por redução ao valor recuperável?
1.5.7	Depreciações
1.5.8	Variações cambiais líquidas?
2	Algum ativo (com valor) que tenha titularidade restrita (como leasing)?
3	Valor de gastos durante a construção de um imobilizado reconhecidos no valor contábil?
4	Valor de contratos advindos da aquisição de ativos imobilizados?
5	Valor das indenizações de terceiros por itens do imobilizado que foram desvalorizados, perdidos ou abandonados?
6	Evidencia depreciação no resultado e balanço durante o período?
7	Evidencia depreciação acumulada no final do período?
8	Apresenta os valores residuais?
9	Custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração?
10	Imobilizados com valores reavaliados?
10.1	Métodos e premissas significativas para definição do valor justo? (conforme item 77, letra d do cpc 27)
10.2	O valor contábil que seria reconhecido se não fosse reavaliado?
10.3	Reserva de avaliação?
11	Divulga quais ativos imobilizados sofreram perda de recuperabilidade?
12	Divulga ativo imobilizado temporariamente ocioso?
13	Divulga imobilizado totalmente depreciado ainda em utilização?
14	Divulga imobilizado que não é mais assim classificado e nem está mantido para venda?
15	Valor justo do ativo imobilizado quando materialmente diferente do valor contábil?

Fonte: Adaptado CPC 27 (2009)

A segunda fase da coleta dos dados consistiu na obtenção de valores contábeis extraídos das demonstrações contábeis e financeiras das empresas constantes da população de pesquisa, obtidas através do Sistema DIVEXT DFP/ITR/IAN da Comissão de Valores Mobiliários de onde foram coletados os dados necessários para a mensuração das variáveis representativas das características das empresas que serão expostas e justificadas adiante.

3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A partir dos dados coletados, a análise deste trabalho foi dividida em duas partes: a primeira onde os dados dos *check-lists* foram operacionalizados de forma descritiva, buscando-se conhecer as medidas de tendência central e de dispersão do nível de divulgação dos intangíveis e dos imobilizados do setor de construção e transportes.

Já a segunda parte consistiu na análise da relação entre o índice de evidenciação de intangíveis e imobilizados (variável dependente) e das características das empresas (variáveis independentes), através da análise de regressão múltipla. Para tanto, foram considerados níveis de significância de 5% e 10% para as variáveis independentes utilizadas no modelo de regressão que foi estimada a partir de um total de 73 observações, posto que foram analisadas 73 empresas para o ano de 2013.

Para a construção do índice de divulgação de intangíveis e imobilizados, os *check-lists* foram operacionalizados com a finalidade de construir a variável dependente de acordo com o disposto no trabalho de Gordon, Fischer, Malone e Tower (2002), sendo este índice obtido pela razão entre o nível de quesitos atendidos e o nível esperado de atendimento conforme a seguinte fórmula:

$$\mathit{IndDiv} = \frac{NA}{NE} \quad (1)$$

Onde:

IndDiv representa o nível de divulgação dos intangíveis e imobilizados;

NA representa o nível de atendimento dos quesitos dos *check-lists*; e,

NE representa o nível esperado de atendimento dos quesitos dos *check-lists*.

Ainda sobre a variável IndDiv , cabe ressaltar que os quesitos da categoria "não se aplica" só foram considerados no cálculo quando as organizações necessitaram evidenciar a mudança de práticas. Quando da não necessidade de divulgar mudanças de procedimentos, os quesitos da categoria "não se aplica" não foram considerados no cálculo desta variável.

Quanto às variáveis independentes representativas das características das empresas, foram utilizadas as seguintes:

1. Rentabilidade (ROE): tal como Santos et al. (2014) e Souza et al. (2015), neste trabalho assumiu-se que empresas mais rentáveis tendem a apresentar maior nível de divulgação de informações, de forma a melhor representar a capacidade de geração de benefícios econômicos, sendo esperada uma relação positiva entre o nível de divulgação de intangíveis e imobilizados e a rentabilidade. Para tanto, a *proxy* empregada foi o retorno sobre o patrimônio líquido, representando a razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, conforme Mapurunga et al. (2011) e Mapurunga et al. (2015):

$$ROE = \frac{LL}{PL} \quad (2)$$

2. Tamanho (TAM): para esta variável, espera-se que empresas maiores tenham um maior nível de divulgação de ativos intangíveis e imobilizados, dado que empresas grandes possuem maior número de contratos, projetos, atividades produtivas e comerciais, bem como uma maior necessidade de financiamento. Esta variável foi mensurada através do logaritmo natural do ativo total, conforme Avelino, Souza e Lamounier (2012) e Mapurunga et al. (2015).

$$TAM = \ln \text{Ativo Total} \quad (3)$$

3. Endividamento (END): para esta variável, espera-se que quanto maior o nível de endividamento, maior o nível de divulgação de intangíveis e imobilizados, dado que firmas mais transparentes tendem a possuir maior acesso ao capital de terceiros (Mapurunga et al., 2014), sendo esta variável mensurada através da seguinte *proxy*:

$$END = \frac{POT}{AT} \quad (4)$$

Onde o endividamento é representado através da razão entre o passivo oneroso total (POT) e o ativo total (AT), sendo POT o total de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos de curto e longo prazo.

4. Auditoria (AUDIT): para esta variável, espera-se uma relação positiva para com o nível de divulgação de intangíveis e imobilizados, posto que empresas auditadas por firmas de auditoria "big four" tem maior probabilidade de apresentar um melhor nível de divulgação de informações contábeis ao mercado (Frost, Gordon & Pownall, 2008; Mapurunga, Ponte & Holanda, 2014; Mapurunga et al., 2014).

Para operacionalizar esta variável foram utilizados os valores dicotômicos 0, em caso das empresas não serem auditadas por "big four", e 1, em caso contrário.

5. Nível de Governança Corporativa (GOV): um maior nível de divulgação de informações constitui um dos princípios básicos da Governança Corporativa. Diante disso, espera-se observar uma relação positiva entre esta variável e o nível de divulgação de imobilizados e intangíveis (Teixeira, 2010; Verriest et al., 2012; Souza et al., 2015).

Para operacionalizar esta variável foram utilizados os valores dicotômicos 0, em caso das empresas não pertencerem a níveis diferenciados de Governança, e 1, em caso contrário.

Diante das variáveis acima mensuradas e justificadas, apresenta-se o seguinte modelo de regressão linear múltipla utilizado para relacionar as características das organizações ao nível de divulgação de informações contábeis sobre intangíveis e imobilizados:

$$\hat{\text{ÍndDiv}} = \alpha_0 + \alpha_1 * \text{ROE} + \alpha_2 * \text{TAM} + \alpha_3 * \text{END} + \alpha_4 * \text{AUDIT} + \alpha_5 * \text{GOV} + \varepsilon \quad (5)$$

Onde:

α_0 representa o intercepto do modelo de regressão, e;

ε representa o erro estocástico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Nesta seção são expostas as estatísticas descritivas sobre o nível de divulgação de imobilizados e intangíveis para o ano de 2013, bem como os resultados sobre a normalidade da distribuição desta variável. Abaixo a Tabela 3 apresenta estes dados.

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas sobre o Índice de Divulgação de Intangíveis e Imobilizados

Média	0.732877
Valor Máximo	0.875
Valor Mínimo	0.59375
Desvio Padrão	0.068513
P-valor do Teste de Jarque-Bera	0.252687

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base na Tabela 3, é possível observar que a média de divulgação de informações sobre imobilizados e intangíveis das empresas de construção e transporte para o ano de 2013 foi de 73,28%, demonstrando que as firmas analisadas não estão completamente aderentes ao disposto pelos pronunciamentos técnicos 04 e 27.

Nesse sentido, este valor médio está situado entre os valores máximo de 87,5% e mínimo de 59,37%. Esses resultados indicam que apesar de valores máximo e mínimo consideravelmente "distantes" da média, o nível de divulgação da maior parte das empresas está próximo do valor médio de 73,28%, dado o baixo desvio padrão de 6,85%.

A fim de corroborar com o acima exposto, procedeu-se o teste de Jarque-Bera que apontou para uma distribuição de probabilidade normal (p-valor de 25,26%), de onde é possível inferir que os dados estão distribuídos de forma simétrica em torno da média.

Diante da não aderência das firmas de construção e transporte ao disposto pelos pronunciamentos técnicos 04 e 27 e da verificação de uma distribuição normal do nível de divulgação de informações sobre intangíveis e imobilizados, a próxima seção apresenta os procedimentos econométricos utilizados nesta pesquisa, bem como a análise dos resultados obtidos através da análise de regressão múltipla.

4.2 RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS

Inicialmente, para a análise da relação entre o índice de divulgação e as características das empresas, foram testados os pressupostos validadores da análise de regressão para dados em um único período de tempo, quais sejam: ausência de multicolinearidade, ausência de heterocedasticidade e normalidade de resíduos do modelo de regressão.

Primeiramente, foi verificada a possibilidade das variáveis independentes estarem correlacionadas, o que indicaria a presença de multicolinearidade. A multicolinearidade é definida por Gujarati e Porter (2011, p. 330) como a "existência de uma relação linear 'perfeita' ou exata entre algumas ou todas as variáveis explanatórias do modelo de regressão"; se for perfeita, o modelo colinear não pode ser estimado, pois não há matriz inversa. Trata-se, assim, de uma relação elevada, que desestabiliza a estimação, podendo resultar na perda da capacidade explicativa dos regressores, resultando em grandes erros padrão.

Para tanto, a multicolinearidade foi testada através da matriz de correlação das variáveis independentes, sendo assumido que a multicolinearidade entre as variáveis independentes será um problema caso o coeficiente de correlação ultrapasse 0.60 (WOOLDRIDGE, 2006).

Na Tabela 4, apresenta-se a matriz de correlação das variáveis independentes.

Tabela 4 - Matriz de Correlação das Variáveis Independentes

Variáveis	Roe	Tam	End
Roe	1	-0.0244	0.0642
Tam	-0.0244	1	-0.0470
End	0.0642	-0.0470	1

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise dos coeficientes obtidos a partir da matriz de correlação das variáveis independentes indicou a inexistência de problemas com multicolinearidade entre as variáveis independentes, dado que estes apresentaram baixos coeficientes de correlação.

Por conseguinte, foram verificados os pressupostos da ausência de heterocedasticidade e da normalidade de resíduos do modelo de regressão. A heterocedasticidade se dá a partir do momento em que a variância dos resíduos da regressão não é constante. Caso seja detectada, Wooldridge (2011, p.248) afirma que os intervalos de confiança dos coeficientes e das estatísticas t e F não seriam consistentes. Para testar a ausência de heterocedasticidade neste trabalho, foi utilizado o teste de White que tem por hipótese nula a ausência de heterocedasticidade.

Já o pressuposto da normalidade dos resíduos preconiza que a natureza da distribuição de probabilidade normal ou simétrica dos resíduos é importante devido à necessidade de se conhecer os estimadores dos mínimos quadrados ordinários com a finalidade de fazer inferências populacionais (GUJARATI; PORTER, 2011). O teste adotado para a normalidade de resíduos nessa pesquisa foi o teste de Jarque-Bera, que tem por hipótese nula a normalidade de resíduos, enquanto sua rejeição representa uma distribuição assimétrica dos resíduos.

A Tabela 5 apresenta os resultados dos testes de White e de Jarque-Bera, sendo considerado para ambos um nível de significância de 5%.

Tabela 5 - Resultados do Teste de White e do Teste de Jarque-Bera

Pressuposto	Teste	p-valor	Hipótese Nula
Ausência de heterocedasticidade	White	0.1605	Não Rejeita
Normalidade de Resíduos	Teste de Jarque-bera	0.3314	Não Rejeita

Fonte: Dados da Pesquisa

Como resultado, foi observado que a hipótese nula dos testes de White e de Jarque-Bera não foram rejeitadas, não implicando em nenhuma inconsistência para os parâmetros estatísticos do modelo de regressão utilizado.

Diante da validação dos pressupostos do modelo de regressão linear múltiplo, a Tabela 6 apresenta os resultados obtidos com a estimação do modelo de regressão.

Tabela 6: Resultados do Modelo de Regressão

Variável	Coefficiente	Estatística t	p-valor
Roe	-0.00336	-0.805	0.3541
Tam	-0.00003	-0.019	0.6747
End	0.06786	2.467	0.1213
Audit	-0.02045	-1.670	0.3630
Gov	-0.0352	-0.648	0.0573
R2		0.1504	

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base nos dados, pode-se observar um coeficiente de determinação (R^2) de 15,04%, indicando o baixo poder explicativo das variáveis independentes sobre o índice de divulgação de intangíveis e imobilizados.

A seguir são apresentadas as relações obtidas de cada variável com o índice de divulgação de intangíveis e imobilizados. Adicionalmente, os achados desta pesquisa são comparados com os de outros trabalhos que analisaram as relações dos atributos empresariais com o nível de divulgação compulsória de outros pronunciamentos técnicos.

4.2.1 Rentabilidade

Para a rentabilidade observou-se que esta variável não apresentou relação significativa para com o índice de divulgação de intangíveis e imobilizados, sendo tal achado convergente com o de Mapurunga et al. (2015), que também não observaram relação significativa entre esta variável e o nível de divulgação de informações acerca do pagamento baseado em ações, e divergente do resultado obtido por que observou uma relação negativa para esta variável e Mapurunga, Ponte e Holanda (2014), que também concluíram que a rentabilidade não se mostrou um fator determinante de um maior nível de informações compulsórias relativas à informações sobre segmentos.

Por outro lado, Santos, Ponte e Mapurunga (2014) utilizaram quatro modelos de regressão em seu trabalho, e em apenas um deles foi observado que a rentabilidade está relacionada ao nível de divulgação de informações contábeis compulsórias. Nesse sentido, cabe levantar a discussão sobre a não verificação empírica, na maior parte dos trabalhos, da influência da rentabilidade sobre o nível de divulgação de informações contábeis compulsórias.

4.2.2 Tamanho

Para a variável tamanho, não foi observada relação significativa com a variável dependente, permitindo concluir que esta variável não exerce influência sobre o índice de divulgação de intangíveis e imobilizados. Tal achado é divergente dos resultados de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) que verificaram uma relação positiva entre o tamanho e o nível de divulgação de informações compulsórias sobre os intangíveis. Santos, Ponte e Mapurunga (2014) e Souza et al. (2015) também observaram uma relação positiva entre esta variável e o nível de divulgação de informações contábeis compulsórias.

4.2.3 Endividamento

Para a variável endividamento, não foi observada uma relação significativa para um para com o índice de divulgação de intangíveis e imobilizados, não corroborando com a hipótese de que as firmas tendem a ser mais transparentes quando necessitam de um maior acesso ao capital de terceiros, pelo menos no que diz respeito às informações relativas à intangíveis e imobilizados.

O achado neste estudo converge com o observado nos trabalhos de Mapurunga et al. (2015) de que o endividamento não determina um maior nível de divulgação sobre as informações relativas aos pagamentos baseados em ações, e de Souza et al. (2015) que não observaram uma relação significativa entre o endividamento e um maior nível de divulgação das informações exigidas pelo pronunciamento técnico 01.

Sobre esta variável, cabe ressaltar ainda que, dentre os estudos utilizados para o embasamento teórico deste trabalho, não foi observado nenhum trabalho que confirmasse empiricamente a predição teórica de que o endividamento é positivamente relacionado ao nível de informações contábeis compulsórias.

4.2.4 Auditoria

No que diz respeito a esta variável, não foi observada uma relação significativa para com o índice de divulgação de intangíveis e imobilizados. Este resultado vai de encontro à hipótese de que firmas que são auditadas por empresas de auditoria "big four" tendem a possuir maior nível de divulgação de informações. Assim, o resultado observado neste trabalho é divergente do observado por Mapurunga, Ponte e Holanda (2014), que verificaram que a auditoria feita por empresas "Big Four" impacta positivamente no nível de divulgação de informações compulsórias de informações sobre segmentos, e Santos, Ponte e Mapurunga (2014), que verificaram que empresas auditadas por firmas "Big Four" tendem a apresentar maior nível de aderência ao disposto pelos pronunciamentos técnicos.

4.2.5 Nível de Governança Corporativa

Para esta variável, foi observada uma relação estatística significativa em um nível de 10%, confirmando a hipótese de que empresas que participam de níveis de Governança Corporativa diferenciados tendem a ser mais transparentes e divulgar mais informações aos usuários externos (Mapurunga; Ponte; Holanda, 2014; Souza et al., 2015).

O observado neste estudo corrobora com os achados de Araújo et al. (2015), que observaram que o nível de governança corporativa influencia no nível de informações compulsórias relativas ao disposto pelo pronunciamento técnico 12. Em conformidade, este achado converge também com o observado por Souza et al. (2015), que encontraram uma relação significativa entre o nível de governança corporativa e o nível de divulgação de informações contábeis compulsórias relativas aos procedimentos do pronunciamento técnico 01.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar quais características empresariais são possíveis determinantes do nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis e imobilizados, de acordo com o exigido pelos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27, das empresas listadas no setor de construção e transporte da BM&FBovespa.

Conforme abordado ao longo do trabalho, a informação contábil é considerada por seus usuários como uma das ferramentas que contribuem para a avaliação da capacidade de geração de benefícios econômicos das organizações, e que, para tanto, necessitam ser evidenciadas com qualidade, afim de que possam ser relevantes na avaliação do custo de capital e da capacidade das organizações em corresponder à expectativa mínima de retorno dos investidores.

Para tanto, foram identificadas na literatura as características empresariais que seriam possíveis fatores de influencia em um maior nível de divulgação de informações contábeis compulsórias e, em seguida, estas variáveis foram relacionadas ao nível de divulgação de informações contábeis sobre intangíveis e imobilizados.

Os resultados observados constataram que a divulgação compulsória dos intangíveis e imobilizados é deficitária e que, em média, as empresas do setor de construção e transporte atendem a 73,28% dos itens dispostos pelos pronunciamentos técnicos 04 e 27.

Quanto às análise de regressão múltipla, foi observado que apenas a variável nível de governança corporativa se mostrou relacionada ao nível de divulgação de intangíveis e imobilizados, corroborando com a hipótese de que as práticas de governança representam uma proteção para o usuário externo no que tange ao retorno pelo capital investido. Nesse sentido, para o setor de construção e transportes, as empresas que apresentaram maior nível de *disclosure* de informações sobre intangíveis imobilizados no exercício de 2013 foram as empresas listadas em níveis diferenciados de governança corporativa.

Com base nos resultados observados, é possível inferir, para o setor analisado, que o processo de divulgação de informações contábeis úteis para os usuários externos referentes á intangíveis e imobilizados não atende por completo aos dispositivos dos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27, indicando que a informação contábil divulgada é incompleta, o que pode levar a perda da relevância e da representação fidedigna da informação contábil. Ademais, as características empresariais, com exceção da governança corporativa, não influenciam no processo de divulgação das informações.

Como sugestões para pesquisas futuras recomenda-se que este tipo de análise seja feita através da análise de regressão com dados em painel, na tentativa de compreender quais características empresariais determinam o nível de divulgação de informações contábeis ao longo do tempo.

Como limitações metodológicas para este trabalho, pode-se citar o reduzido número de empresas constantes do setor de construção e transportes da BM&FBovespa, o que impossibilita a utilização de técnicas estatísticas mais robustas na análise. Ademais, os resultados apresentados neste trabalho não são passíveis de generalização, posto que são limitados apenas ao setor de construção e transportes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.G.; LAGIOIA, U.C.T.; MARINHO, R. F.; LEMOS, L.V.; NASCIMENTO, S.G.O.A.. Contabilização do arrendamento mercantil financeiro: um estudo nas empresas listadas no setor de construção e transportes. **Revistas de Informação Contábil (RIC)**, vol. 6, n. 3, p. 29-50, Jul-Set, 2012

ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R.V.; ARAÚJO, J. G. N.; LAGIOIA, U. C. T.; LIMA, M. D. X. Um Estudo sobre a Governança Corporativa e o Nível de Atendimento aos Critérios de Evidenciação do Ajuste a Valor Presente em Empresas de Construção e Transporte. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 42-59, Mai/Ago, 2015.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, vol. 6, n. 14, Jan./Abr. p. 23-45, 2012.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Financial Accounting Information and Corporate Governance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 237–333, 2001.

CARLOS FILHO, F. A.; LAGIOIA, U.C.T.; MONTEIRO, J.A.M.; SILVA FILHO, L.L.; ARAUJO, J.G.; ARAUJO, J.G.N.. Importância e Contribuição do Ativo Intangível: Percepção dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas Sobre o Capital Intelectual. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, Vol. 10, n. 20, Jul.-Dez, 2014.

COELHO, A. C. D.; LOPES, A. B. Avaliação da Prática de Gerenciamento de Resultados na Apuração de Lucro por Companhias Abertas Brasileiras conforme seu Grau de Alavancagem Financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, 2ª. Edição Especial, p. 121-144, 2007.

CFC. Conselho Federal De Contabilidade. NBC T 1: Das características da informação contábil. Resolução Conselho Federal de Contabilidade, n. 785, 1995. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 10 Dez. 2014.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 01.. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, 2010. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 Dez. 2014.

- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 04. **Ativos intangíveis**, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 Dez. 2014.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis.. Pronunciamento Técnico CPC 27. **Ativo imobilizado**, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 Dez. 2014.
- CRISÓSTOMO, V. L. (). Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 12, n. 1, p. 50-68, Jan/Abr, 2009.
- CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, Jan./Mar, 2010.
- ECKERT, A.; MECCA, M.S.; BIASIO, R.; SOUZA, K.M. Normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado: impacto em empresas de bens industriais gaúchas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade & Controladoria**. Curitiba, v. 4, n.2, p.69-89, Mai./Ago, 2012.
- FREIRE, M. D. M.; MACHADO, M.R.R.; MACHADO, L.S.; SOUZA, E.S.; OLIVEIRA, J. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 6 n. 15. p. 3-22, 2012.
- FROST, C.; GORDON, E.; POWNALL, G. . Financial reporting and disclosure quality, and emerging markets companies' access to capital in global markets. **Social Science Research Network**, 2008. Disponível em: <www.ssrn.com> Acesso em 28 Nov. de 2014.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.
- GORDON, T.; FISCHER, M.; MALONE, D.; TOWER, G. A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, n. 3, p. 235-275, 2002.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- HEALY, PAUL M.; PALEPU, KRISHINA G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 405–440, 2001.
- HOSS, O.; ROJO, C. A.; GRAPEGGIA, M. **Gestão de Ativos Intangíveis: da mensuração à competitividade por cenários**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOPES, L. C.; ALVES, N.M.; SILVA FILHO, L.L.; MONTEIRO, J.A.M.; LAGIOIA, U.C.T.; CORDEIRO, P.C. Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04. **Qualit@s Revista Eletrônica**, vol.15. n. 1, 2014.
- MAPURUNGA, P. V.R; MORAIS, C. R. F.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; CARNEIRO, R. A. C. . *Disclosure* de Informações acerca do Pagamento Baseado em Ações e sua Associação com os Atributos das Firmas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 1, p. 05-25. Jan./Abr, 2015.
- MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; COELHO, A. C. D.; MENESES, A. F. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas *GeCont*, v. 3, n. 2, Floriano-PI, Jul-Dez. 2016.

brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 263-278, Set./Dez, 2011.

Mapurunga, P. V. R.; Ponte, V. M. R.; Holanda, A. P. Fatores explicativos da aderência das firmas brasileiras aos disclosure relativo às informações por segmento. **Enfoque: Reflexão Contábil**. v. 33 n. 1. p. 53-69. Jan./Abr., 2014.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L.F.; FANK, O.L.; VARELA, P.S. Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis, 11, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/507.pdf>>. Acesso em: 9 Mai. 2011.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, Mai./Ago, 2009.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; LUCA, M. M. M. Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste a Valor Presente pelas Companhias Listadas na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n.1, p. 53-69, Jan./Mar., 2012.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org.). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS; E. S.; PONTE, V.M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. **Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos**. Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, v. 25, n. 65, p. 161-176, Mai/Jun./Jul./Ago, 2014.

SILVA FILHO, L.L.; LAGIOIA, U.C.T.; CARLOS FILHO, F.A.; ARAUJO, J.G.; LEMOS, L.V. Um estudo sobre o reflexo no reconhecimento dos ativos intangíveis após a adoção das normas internacionais de contabilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista ConTexo**, Porto Alegre, v.14, n.27, p.55-69, Mai/Ago, 2014.

STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981

SOUZA. M. M.; BORBA, J. A.; WUERGES, A. F. E.; LUNKES, R. J. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 06-24, Abr./Jun, 2015.

SZUSTER, N.; FERNANDES, F.S. Comparação entre Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Reavaliação de Ativos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 5 - 13, Jul./Set, 2009.

TEIXEIRA, S.C. A relação entre a adoção de práticas recomendadas de governança corporativa e o nível de evidenciação. 2010. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VERRECCHIA, R. E.. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n.32, p. 97-180, 2001.

VERRIEST, A., GAEREMINCK, A., & THORNTON, D. B. **Corporate governance and properties of IFRS adoption**. Working Paper, 2012.

VIVIANI, S.; BECK, F.; HALL, R.J; KLANN, R.C. Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. **Enfoque Reflexão Contábil - Paraná** v. 33 n. 3 p. 21-34, Set./Dez., 2014.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria – uma abordagem moderna**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria – uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.